

Contra a Teoria Marxista da Dependência

A Teoria da Dependência, que por vezes se quer marxista, é um equívoco.

As suas principais previsões foram frontalmente negadas pela história. Toma aparência por essência e não vai além de deduções ilusórias partindo do mais superficial do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Reformista em sua essência, identificou socialismo à estatização das forças produtivas e à soberania da nação: nunca foi além do nacionalismo e do capital. Pretendeu desenvolver e renovar o marxismo com categorias que nada mais são que o requestrar de algumas teses clássicas (como o “subimperialismo”) ou meramente equivocadas (como a superexploração). Trataremos cada um desses aspectos separadamente.

A origem da Teoria da Dependência

O século XX serviu de palco para o desenvolvimento de teorias reformistas de todos os tipos. Por duas razões fundamentais.

A primeira foi o desenvolvimento do sistema do capital nos países imperialistas e seus satélites. Impulsionado pelo fordismo, pelo keynesianismo e pelo mercado de consumo de massas, fortaleceu no seio dos trabalhadores a aristocracia operária.

A aristocracia é uma parte integrante da classe operária. Ela se distingue do conjunto da classe por serem operários especializados, muitas vezes imprescindíveis às empresas e que contam com maior nível salarial e maior estabilidade no emprego. Já na passagem do século XIX para o XX, no interior do então maior movimento operário, o alemão, sua atuação foi marcada por defender uma aliança com a burguesia ao redor de uma política econômica que lhe garantisse estabilidade no emprego e maior poder aquisitivo. Isto, na maior parte das vezes, implicava na intensificação da exploração do restante da classe operária e demais trabalhadores. O individualismo burguês (o “meu” antes de tudo) é a marca de sua ideologia. Na Alemanha, dos anos de Lenin e Rosa Luxemburgo, por exemplo, defendia as políticas imperialistas e o desenvolvimento do complexo industrial-militar (que preparava a I Guerra Mundial de 1914-1918) argumentando gerarem empregos. Quando da greve

na Scania em São Bernardo nos anos de 1978-9, os sindicalistas suecos se negaram a apoiar os operários brasileiros alegando que o aumento salarial na Scania do Brasil, ao diminuir, os lucros da empresa, impactaria negativamente o aumento salarial dos operários suecos. Em nosso país, o “sindicalismo autêntico” (do PT, da CUT etc.) sempre foi “autenticamente” o braço da nossa aristocracia operária. Lenin foi preciso, depois de Engels, na caracterização do seu papel político:

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia, colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards”. (Lenin, Lenin, V. U. (1984) *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Obras Escolhidas em Três Tomos, Editorial Progresso, Mosco, p.585)

O fordismo, o mercado de consumo de massas e sua expressão na teoria, o keynesianismo, necessitavam e, ao mesmo tempo, possibilitavam a incorporação das camadas superiores dos assalariados ao mercado de consumo. Gerou-se assim a ilusão de que o capitalismo caminhava para uma crescente incorporação dos trabalhadores no mercado de consumo, com uma distribuição de renda que tenderia a melhorar de passo em passo até se atingir, a depender da vertente reformista, um capitalismo de face humana (as teses da social-democracia) ou um socialismo de mercado (as teses dos PCs tradicionais).

Esta ilusão se constitui, nas mãos da aristocracia operária, a base ideológica para se apoderar dos sindicatos e partidos de origem nos trabalhadores. Assistiu-se, assim, ao desenvolvimento de uma burocracia sindical e partidária assentada na aristocracia operária a qual, sempre aliada da burguesia, foi cada vez mais se inserindo no aparelho estatal. Até que, desde os anos de 1980 e 1990, passou a compor governos neoliberais -- não apenas nos países imperialistas centrais, mas também em países como o Brasil. Este o primeiro fundamento importante para o desenvolvimento do reformismo: o crescimento da aristocracia operária.

O segundo deles foi a evolução dos países em que os revolucionários tomaram o poder, principalmente da antiga URSS. Como já tratamos disso em um livro com o Ivo Tonet (*A grande revolução russa 1917-1921*, Coletivo Veredas), podemos ser breves. O parco desenvolvimento das forças produtivas na Rússia, aliado

a que a revolução não podia se internacionalizar já que ainda era possível superar o atraso das forças produtivas na Rússia (e na China, etc.) através de um desenvolvimento nacional do capital pela mediação do Estado -- estes dois fatores decisivos fizeram com que a tarefa primeira da revolução fosse intensificar a expropriação dos operários e trabalhadores. A expropriação dos trabalhadores e operários, em nossos dias, é o capital. Sem essa expropriação, nenhum desenvolvimento seria possível. Este o limite real, imposto pela história, aos revolucionários de 1917. Atender a este limite pela adoção de uma política econômica que possibilitasse o desenvolvimento das relações de produção do capital era uma imposição incontornável da história. Contudo, identificar este desenvolvimento do capital ao socialismo foi um enorme equívoco teórico e ideológico. Em pouco tempo, o socialismo e o comunismo de Marx eram tratados como “utópicos”. O dito “socialismo real”, surgido da Revolução de 1917, seria a demonstração prática -- o stalinismo, sua demonstração teórica -- de que a estatização dos meios de produção, o desenvolvimento de uma economia de mercado em bases nacionais e a ditadura política seriam o “verdadeiro socialismo”.

Some-se a isso tudo um “efeito colateral” ideológico: fazer do socialismo e do comunismo um desenvolvimento da democracia burguesa (a socialdemocracia) ou um desenvolvimento do sistema do capital segundo o modelo soviético, implicava necessariamente em adotar uma concepção de mundo eclético-burguesa, incoerente-conservadora: o marxismo “oficial”, justificador dos Estados “pós-revolucionários” (Mészáros) deixou de fazer ciência para fazer propaganda política e conhece, até hoje, uma decadência que se converteu em componente ideológico da “decadência ideológica da burguesia”, para acompanhar o célebre ensaio de Lukács.

Chegamos assim, nos anos logo após a II Grande Guerra (1939-1945), a um portentoso equívoco: o socialismo, seja ele o da social-democracia, seja ele o do modelo soviético, seria alcançado através do Estado, através da estatização das forças produtivas, em processos de desenvolvimento econômico que reafirmariam as fronteiras nacionais e que continuariam sendo economias de mercado (portanto, regidas pelo capital).

Deixou-se de ser revolucionário, por esta via, para se converter em nacionalista. Ser comunista era ser patriota, defender a nação contra o imperialismo. Não haveria maior patriota que o comunista! O futuro da humanidade seria a

idealizada Suécia (pois a Suécia real sempre foi muito diferente do mito que dela fez a socialdemocracia) ou a idealizada URSS (idem, os stalinistas). Nada de destruição do Estado, de superação da mercadoria, das classes sociais ou da família monogâmica. O programa clássico de superação do capital pela revolução proletária foi substituído por um programa reformista de manutenção do sistema do capital por revoluções nacionais. A revolução é abandonada em nome de uma chegada ao poder do Estado por processos eleitorais -- ou, por exemplo em Marini, pela luta armada foquista. Sempre e em todos os casos, uma ocupação do Estado, jamais sua destruição.

A Teoria da Dependência fez parte deste universo teórico. Pela direita, com Fernando Henrique e outros, defendia um desenvolvimento nacional de mercado integrado ao imperialismo dos EUA e da Europa. Menos pela direita, com um Rui Mauro Marini ou Vânia Bambirra, defendia uma revolução nacional que conduziria o país ao socialismo estilo soviético: estatização dos meios de produção, ditadura política de corte stalinista, produção para o mercado, fortalecimento do Estado nacional etc. Tanto pela direita, quanto menos pela direita, os defensores da Teoria da Dependência não iam além do desenvolvimento econômico nacional, nos marcos do Estado e do mercado. A diferença entre eles estava em que os primeiros defendiam uma integração com o imperialismo estadunidense e, os segundos, o alinhamento com a URSS e seus aliados, pela adoção de uma economia de tipo soviética ou cubana, em nome da soberania nacional.

Foi por isso a crise do sistema do capital no seu todo, que levou a partir de meados de 1970 ao fim da ilusão de um capitalismo de face humana bem como a de um planeta moldado à la URSS, marcou também a crise da Teoria da Dependência: Vania Bambirra terminou se convertendo em um quadro do PDT. Theotônio dos Santos e Gunder Frank vão tentar elaborar interpretações próprias do “mundo globalizado”, distantes do marxismo. Marini faleceu sem ter conseguido enxergar o mundo para além da dicotomia nação/imperialismo: a tragédia pessoal de um honesto e autêntico patriota que se queria comunista.

Hoje, com a crise final do “Projeto Democrático-Popular” provocada pelo PT no poder, nossos reformistas voltam-se à Teoria da Dependência, dita marxista, como uma tábua de salvação ao seu nacionalismo e reformismo. Tal como no passado, esta iniciativa político-ideológica possui tudo o que é necessário para fracassar. O

reformismo, em todas as suas vertentes, hoje não pode nada mais do que de auxiliar ao sistema do capital.

Previsões negadas pela história

Marini talvez seja o autor da Teoria da Dependência mais exemplar na proposição que aparenta ser de esquerda do desenvolvimento nacional. Em sua principal obra, *Subdesenvolvimento e revolução* (Coleção Pátria Grande, IELA-Ed. Insular, 2012), uma coletânea de artigos publicados entre 1967 e 1974, constata que a histórica submissão do país ao imperialismo conduziu, nos anos de 1930 a 1960, ao desenvolvimento de um parque industrial incompleto, a uma classe operária jovem e a uma classe camponesa miserável. Uma classe operária e um campesinato oprimidos, superexplorados (votaremos a este conceito mais à frente), ao lado da fragilidade dos latifundiários e da burguesia submissos ao imperialismo, criariam as condições que tornariam, segundo ele, inevitável uma revolução nacional anti-imperialista.

A afirmação, repetida e indubitável, de que a revolução seria um evento inevitável, impossível de não acontecer no curto prazo, decorria de sua análise do desenvolvimento econômico entre os governos JK e o Golpe de 1964. Avaliava ele que o desenvolvimento da indústria nacional travara devido à ausência de um mercado interno. A maioria da população camponesa, trabalhadora e operária, por ser superexplorada, formaria um mercado consumidor insuficiente para a continuidade do desenvolvimento industrial no país. Argumenta Marini seguidamente que o gargalo decisivo do desenvolvimento nacional era “de realização”, isto é, de falta de um mercado interno. Esta a raiz, explica ele, das propostas, que ganharam algum apoio da burguesia no país, a favor de uma reforma agrária e de alguma distribuição de renda, bem com das teses desenvolvimentistas polarizadas pela CEPAL. Tais reformas, sempre segundo ele, seriam inviáveis em um país como o Brasil, submisso ao imperialismo deste 1500: a superexploração dos trabalhadores seria o correlato necessário, indispensável, à existência e desenvolvimento do imperialismo. Desta superexploração, parcelas importantes da própria burguesia tiravam vantagem, pois alavancava seus lucros, o que explica que, nas horas decisivas de 1964, a totalidade da burguesia tenha apoiado o Golpe.

O desenvolvimento da Guerra Fria, a vitória da Revolução em Cuba, na Argélia, a derrota francesa no Vietnã, bem como a vitória de Mao Zedong na China eram evidências, para Marini, de que estaria aberto um período histórico de transição revolucionária ao socialismo (isto é, bem entendido, a uma economia estatizada, nacional, de mercado, politicamente stalinista, que tornaria soberanos os países dependentes).

Neste contexto, enxergava-se apenas duas alternativas para o futuro do país.

A primeira delas: o desenvolvimento nacional, capitalista, a partir de uma nação ordenada pela burguesia nacional. O que pressupunha a vitória da burguesia nacional contra o imperialismo. No Brasil, segundo Marini, isto seria impensável: aqui, esta burguesia simplesmente não existia. Não contamos com condições históricas para o desenvolvimento de uma burguesia anti-imperialista. Os setores burgueses mais próximos a um nacionalismo eram débeis para tal tarefa histórica e foram arrastados para o apoio ao Golpe de 1964, nos momentos finais do governo Goulart. Daqui a crítica de Marini, Bamberga, Theotônio dos Santos -- da POLOP em geral -- à política de uma frente sob hegemonia burguesa ao redor de uma política anti-imperialista. As críticas ao Partido Comunista Brasileiro tinham neste aspecto um eixo fundamental. Nisto eles não estavam enganados. Equivocados estavam nas conclusões que tiravam desta constatação.

A primeira conclusão equivocada era a da inevitabilidade da vitória dos proletários e camponeses numa revolução anti-imperialista, patriótica e nacionalista que romperia com nossa secular dependência para com o capital internacional. O fortalecimento do polo operário-camponês, segundo eles, criaria condições para a atração ao campo da revolução de uma facção da burguesia nacional cujos interesses se contrapusessem mais intensamente ao imperialismo. Teriam que ser os trabalhadores do campo e da cidade os dirigentes do processo revolucionário e o programa da revolução deveria ser voltado à independência nacional -- que, segundo eles, apenas poderia ser alcançada pelo socialismo, isto é, por uma nação regida pelo capital estatizado, uma economia de mercado e com uma centralização política de corte stalinista.

A afirmação dessa inevitabilidade tem, em Marini, dois fundamentos. Primeiro, sua equivocada suposição de que o capitalismo brasileiro vivia naqueles

anos sua crise final. As tensões sociais e as lutas de classe já estariam atingindo um patamar revolucionário. Daí, segundo ele, a implantação do Golpe em 1964 e, depois, em 1968, do AI-5. As lutas estudantis, as Ligas Camponesas, as greves de Osasco e o início da luta armada, nos anos finais de 1960 seriam, para Marini, o indício concreto, histórico, da atualidade e inevitabilidade da revolução anti-imperialista, nacional. Que necessariamente se converteria, como escreveu em “Rumo à Revolução Continental” (*Subdesenvolvimento e revolução*, Coleção Pátria Grande, IELA-Ed. Insular, 2012), em uma Revolução latino-americana.

Segundo equívoco: a de que vivia-se, nos anos de 1960 e 1970, uma onda revolucionária que superaria o capitalismo pelo socialismo, lembremos, entendido segundo o exemplo soviético, cubano etc.: forças produtivas estatizadas nos marcos de um Estado nacional com uma economia de mercado e uma ditadura política. Este o rumo que se antevia ao país.

Que o país conheceria, em um contexto democrático, a intensificação da exploração dos trabalhadores e operários pelo desenvolvimento de uma economia industrializada e pela elevação do PIB nacional aos maiores do planeta; que chegaríamos ao século XXI sendo o governados por uma ex-guerrilheira e por um líder grevista “autêntico” dos anos de 1980; que o futuro da humanidade não passaria pelo modelo soviético -- nada disso a Teoria que se quer marxista da Dependência foi capaz de prever. Não foi capaz de distinguir operários de trabalhadores e, ainda menos, a aristocracia operária do conjunto da classe operária: jamais entendeu as lutas de classes de nossos tempos. Sua previsão da inevitabilidade da revolução foi frontalmente desmentida. Em que estava equivocada sua análise da realidade? Repetimos, em dois pontos, fundamentalmente: 1) que vivíamos uma onda de transição ao socialismo nos anos de 1960 e 1970, que a transição seria para uma economia de mercado, soberana, nacional, com as forças produtivas estatizadas e forte centralização política; 2) que a aliança das classes dominantes brasileiras com o imperialismo se esgotara historicamente, não deixando outra alternativa que a revolução.

Sua interpretação da história era tão incorreta que todas as suas principais previsões foram negadas pela história subsequente.

A dependência, sua aparência e sua essência

Que o Brasil, e a América Latina (para não se estender muito) tiveram sua história predominantemente marcada pelo imperialismo, é um fato inquestionável. Todas as principais viradas de nossas histórias latino-americanas encontram nas transformações das diferentes necessidades geradas pelo desenvolvimento das nações imperialistas seu momento predominante. Sem Renascimento Comercial e Urbano na Europa não teríamos as Grandes Navegações, as Descobertas e, por extensão, em nosso país, os ciclos econômicos do Período Colonial. A independência e a formação das nações latino-americanas seriam impossíveis sem a Revolução Industrial (1776-1830). Sem a transição do capitalismo concorrencial ao imperialista, não teríamos a República no Brasil, nem nosso Ciclo da Café em sua etapa paulista. Foi a crise de 1929, que se articulou com a II Grande Guerra, o fundamento decisivo para a Industrialização pela Substituição das Importações, e não apenas no Brasil. A crise do capital nos anos finais da Guerra da Coreia e a necessária intensificação da exploração do “Terceiro Mundo” pela mediação das então denominadas multinacionais foi decisiva para o Golpe de 1964 no Brasil e para a implantação das ditaduras militares latino-americanas. Por sua vez, são as novas necessidades para a acumulação do capital mundial pós 1975-80 que intensificaram a transferência de indústrias do país principalmente para o sudeste asiático, com a ampliação da geração de mais-valia no setor de serviços. Repetimos: não resta a dúvida que o imperialismo é o momento predominante em nossa história.

O equívoco da Teoria dita marxista da Dependência é identificar esta predominância do imperialismo à “dependência”. Pois coloca como questão central para superar nossas misérias a conquista da verdadeira “independência”. Esta viria, segundo esta teoria, através de um desenvolvimento do mercado nacional apenas possível pelo “socialismo”. Isto é, pela estatização dos meios de produção e pela conquista, em uma luta anti-imperialista, da soberania nacional. Não se trata de superar o capital (com tudo o que é peculiar: o Estado, a exploração do ser humano pelo ser humano, a família monogâmica e as classes sociais etc.), mas de superar a dependência nacional por uma economia nacional/independente, isto é, que acumulasse na nação a riqueza expropriada dos operários e trabalhadores pelo capital -- apenas, agora, pela mediação de um idealizado Estado socialista que representaria toda a nação.

Ao colocar como central a superação da dependência, a primeira consequência é limitar-se ao horizonte nacional, horizonte em que a concorrência de todos contra todos da sociedade burguesa se converte em concorrência internacional entre nações. Ao o problema dos trabalhadores brasileiros ser a dependência do imperialismo, nossa luta não pode ser a mesma dos operários dos países imperialistas -- pois tais países já são independentes. Uma nação soberana apenas pode ser soberana contra as outras nações: tem que ser uma nação imperialista. No “concerto das nações”, ou se é imperialista ou não se é soberano. Por isso a Revolução Proletária, se ocorrer, superará a divisão da humanidade em países.

Além disso, uma luta nacional contra o imperialismo apenas fortalece a aliança das burguesias imperialistas com os seus operários e trabalhadores. Veja-se, por exemplo, o apoio dos sindicalistas estadunidenses e de suas bases operárias à Guerra do Vietnam, mesmo nos anos de maior intensidade dos movimentos pacifistas. Ou o apoio do sindicalismo americano ao bloqueio contra Cuba. Ou, ainda, o apoio do sindicalismo francês à intervenção imperialista francesa no Vietnam e, depois, na Argélia (por algum tempo, a intervenção contou com o apoio até mesmo do PC francês). A luta pela independência nacional não vai além da luta de um capital nacional contra outro: não tem a menor possibilidade de ser uma luta que unifique os proletários e trabalhadores de todo o planeta contra o capital. Este o primeiro resultado da Teoria dita marxista da Dependência: seus horizontes nacionais implicam na negação do caráter mundial da revolução que é hoje possível e necessária. Ser nacionalista e patriota é o exato oposto de ser comunista e revolucionário. Não é mero acaso que a coleção que publicou o texto principal de Marini no Brasil se denomine “Coleção Pátria Grande”.

A segunda consequência da Teoria que se apresenta como marxista da Dependência é compartilhar da noção equivocada de que o controle do Estado é o que predominantemente molda a essência -- dependente ou não -- de uma nação. Caso o Estado seja dominado pelas classes dominantes tradicionais, aliadas do imperialismo, teríamos uma nação dependente. Contudo, caso os trabalhadores e operários ocupem o Estado, este se converteria em criador de uma economia independente, nacional e socialista. De mercado, claro.

Isto não passa de uma versão particular do equívoco mais generalizado de que seria o Estado (e a política) que controlaria o capital -- e não o oposto. Uma

versão do politicismo. Daí a ilusão de que uma economia com as forças produtivas estatizadas seria a superação do capital, pois tendo sido realizada a estatização pela revolução, esta imporia com a mediação do Estado um mercado que não seria capitalista, uma economia nacional, produtora de mercadorias que, alegam eles, seria socialista. Uma mera contradição em termos: a liberdade conquistada “através do Estado” (Marx, em *A questão Judaica*).

O terceiro equívoco importante decorrente desta concepção nacionalista é sua ilusão para com a burguesia no Brasil. Ainda que, por exemplo, Marini argumente em várias passagens de seu livro *Subdesenvolvimento e revolução* que não haveria uma burguesia nacional no Brasil, em muitas outras argumentas que a burguesia entre nós estaria dividida em dois setores. A grande burguesia, aliada incondicional ao imperialismo, e a burguesia média e pequena que conteria algumas contradições com o imperialismo, contradições estas que poderiam ser exploradas em proveito da revolução. Daqui a decorrência política necessária: haveria uma etapa democrático-burguesa na revolução brasileira (mudando o que deve ser mudado, também na revolução latino-americana). Nos anos de 1964-74, sob a Ditadura, embora fossem magérrimos os setores burgueses democráticos, postulou-se sempre uma plataforma revolucionária de libertação nacional, com uma etapa democrática denominada, quase sempre, de “popular” ou de “sob o controle dos trabalhadores”, que abriria a transição ao socialismo (lembramos, economia de mercado, estatizada, nacional com uma estrutura política de molde stalinista etc.). Das muitas organizações que participaram da luta armada, sua enorme maioria adotou plataformas similares. Após a derrota do foquismo, o movimento popular e operário que se estruturou a partir dos anos de 1973-4 continuou majoritariamente iludido de que, uma vez conquistada a democracia, estaríamos a um passo do socialismo... Um trágico equívoco cuja história já contamos em outro texto e não precisamos aqui nos deter a narrá-la novamente (*A crise da esquerda e do projeto ético-político do Serviço Social*, Coletivo Veredas).

A Teoria da Dependência, mesmo quando se quer marxista, não vai além do nacionalismo burguês e do sonho irrealizável de um desenvolvimento mercantil das forças produtivas em escala nacional sob controle dos trabalhadores. Tanto nos anos de 1960-70, quanto hoje, tais sonhos estão a anos-luz de distância da realidade. Tomam a aparência mais superficial (nossa dependência para com o imperialismo) por essência e, daí, propõem sua alternativa: a soberania nacional por um socialismo

de mercado, sob um Estado próximo ao cubano, soviético etc. Deixa de lado a nossa essência: antes de sermos dependentes, somos capitalistas. A única revolução hoje possível é a que destruirá o sistema do capital no seu todo. Contra o capital, estamos todos juntos, desde os operários dos países imperialistas até os miseráveis da África subsaariana. Pela independência nacional, como bons patriotas, nos tornamos inimigos do restante da humanidade. Coisa que até Voltaire já sabia! Uma vez perguntado o que é ser patriota, respondeu algo como “é ser inimigo de toda a humanidade”.

Superexploração, subimperialismo

O marxismo da Teoria da Dependência, tanto nas suas versões à direita, quanto menos à direita, é muito pobre teoricamente. Há exceções em seu meio, como Marcelo Carcanholo, mas elas são raras. Nisto tem seu peso tanto a decadência teórica e ideológica (parte particular da decadência ideológica da burguesia) do movimento comunista no século XX, tão bem retratado por Fernando Claudin em seu *A crise do movimento comunista* (Expressão Popular), quanto o fato de que no passado se estudava *O Capital* de Marx basicamente através da tradução para o espanhol de Wenceslau Rocés, reconhecidamente uma das piores da história. O praticismo, tanto da esquerda tradicional, dos PCs e consortes, quanto da Teoria da Dependência (veja-se Marini, Brambilla, Jaime Osorio etc., para não se mencionar FHC), colaborava para não se passar na teoria do mais superficial da realidade. Da carência de conhecimento nunca saiu teoria revolucionária alguma. Contudo, saíram muitas categorias e “sacadas” pretensamente inovadoras da visão de mundo revolucionária.

Tanto naqueles anos, quanto mais recentemente, a “moda” tem sido quase sempre “desenvolver-se” o marxismo a partir de algo que, pretensamente, Marx e Engels teriam deixado escapar. Famoso se tornou o “caso Gurvitch”. Argumentando que não haveria em Marx uma teoria das classes sociais pois é justamente no momento em que vai tratar deste tópico que abandona a redação do Livro III de *O Capital*, propõe Gurvitch a “sua” teoria das classes que complementaria Marx e superaria esta pretensa debilidade do marxismo. Discutimos o absurdo da tese de Gurvitch em *Trabalhadores e proletários no capitalismo contemporâneo* (Editora Cortez), não é preciso que aqui nos estendamos. Basta assinalar que já no Livro I de *O*

Capital há uma teoria acabada das classes sociais no capitalismo contemporâneo. Ainda: o que dizer em textos como *O 18 Brumário* ou *As lutas de classe na França*, para mencionar só os mais notórios?

É seguindo o “padrão Gurvitch” que Teoria, dita marxista, da Dependência, introduz duas suas contribuições para a atualização do pensamento marxista: o subimperialismo e a superexploração do trabalho.

Iniciemos pelo subimperialismo.

Que o imperialismo se constitui em uma cadeia imperialista é algo que está estabelecido desde Marx e Engels, passando pelo clássico de Lenin *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, pelos textos de Rosa Luxemburgo sobre o tema e mesmo por teóricos como Samir Amim e Arghiri Emmanuel, para nos restringirmos a alguns autores muito conhecidos nos anos de 1960-70. A Inglaterra, ao dominar a Índia, não criou uma cadeia de dominação que passava pelas castas, pela relação da Índia com o Paquistão, dos hindus com os budistas e assim por diante? Essa cadeia de dominação imperialista, em que o a Inglaterra oprime do cume e cada mediação da cadeia transfere a dominação imperialista para a mediação “de baixo”, não foi descrita e discutida por Marx, Engels, Lenin, Panikkar (*A dominação ocidental na Ásia*) e assim por diante. Que a cadeia imperialista se estende mesmo pelo interior dos países, uma região imperialisticamente dominando outras como elo da cadeia imperialista internacional, não é algo discutido, explorado, descrito e exposto pelo fundamental da literatura sobre o tema? E isto não é constatável em todos os continentes, da África à América, da Europa à Ásia e Oceania? Qual seria, então, a novidade da categoria pretensamente criada pela Teoria dita marxista da Dependência de subimperialismo? A rigor, nenhuma! Apenas pode ser novidade para aqueles que ignoram o fundamental do que foi produzido pela teoria revolucionária e pela historiografia sobre o assunto.

Além disso, a “descoberta” por Marini de que o Brasil estaria entrando em uma fase “subimperialista” sob a Ditadura Militar para compensar a falta de um mercado interno (a dita crise de realização), ignora que, por exemplo, já éramos “subimperialistas” ao massacrar o Paraguai no século XIX a serviço do capital inglês. Já éramos “subimperialistas” nas guerras pela Cisplatina. O Rio de Janeiro já era “subimperialista” ao massacrar a Balaiada, a Cabanada, a Farroupilha etc. Não há

imperialismo que não seja uma cadeia de dominação: não à toa que Lenin tem sua tese de que o caminho da revolução se faria pelo “elo mais débil” desta cadeia. Que a categoria do subimperialismo em Marini, por exemplo, seja capaz de explicar melhor o mundo do que as teses sobre o assunto de Lenin, Marx e Engels, Emmanuel e Amim (só para ficar com alguns) é algo que até hoje carece de demonstração.

Passemos à superexploração.

O conhecimento superficial do pensamento de Marx é a marca dessa outra categoria introduzida pela Teoria que se quer marxista da Dependência. Sendo mais do que breve, para Marx o que há de comum em todas as mercadorias, o que possibilita que elas sejam universalmente intercambiáveis no mercado, é o fato de o valor de cada uma delas ser o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, o tempo de trabalho socialmente necessário nelas plasmado.

Isto vale também para a mercadoria que produz o capital: a força de trabalho proletária. Seu valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir a massa de força de trabalho indispensável à acumulação do capital. Ao se tratar da força de trabalho, esse valor possui um *quantum* objetivo mais diretamente vinculado ao patamar alcançado pelas forças produtivas (a quantidade de alimentos, a qualidade da moradia, do transporte, da assistência médica etc.) e um *quantum* mais diretamente determinado pelas lutas de classe. “Mais diretamente” porque, em nenhum dos *quanta* está excluída a interferência das lutas de classe, dos complexos ideológicos como a cultura, as tradições, bem como o desenvolvimento das forças produtivas etc.

Em nenhum momento Marx afirmou que ao uma força de trabalho ser comprada/vendida pelo seu valor real estaria garantida a recuperação da pessoa do trabalhador ante o desgaste gerado na sua atividade produtiva. Afirmou justamente o contrário: o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da força de trabalho é, sempre, a mediação pela qual a pessoa do trabalhador/operário é desconsiderada. Sua humanidade é destruída, sua pessoa é reduzida a uma “besta” (*Manuscritos de 1844*), cuja única qualidade socialmente relevante é a quantidade de energia que pode produzir. Tal como uma “locomotiva” (*A miséria da filosofia*). Isto é a essência da alienação (*Entfremdung*) do trabalho pelo capital: o humano está submetido à mercadoria. As necessidades do trabalhador não contam, apenas têm

importância social as necessidades do capital. O ser humano é sempre massacrado pelo capital.

A partir da citação de uma única frase de *O Capital*, na qual, na tradução de Roces, é dito que Marx “deixará de lado” “momentaneamente” (“*Por el momento...*”) a análise da venda da força de trabalho abaixo do seu valor, Jaime Osório, em um texto seminal da Teoria que se quer marxista da Dependência, postula: “Esta claro que esta última forma cai fora da análise de Marx, já que rompe seu pressuposto inicial” [isto é, que as mercadorias são compradas/vendidas pelo seu valor de troca real-SL]. Então avança para definir, algumas poucas linhas abaixo, que a superexploração “dá conta do *fenômeno da exploração quando esta viola o valor da força de trabalho*” O que se entende por isso? Osório é textual:

“*tal força de trabalho [a superexplorada - SL] não encontra o conjunto de condições para recuperar-se e que, por isso, não é remunerada por seu valor, no sentido amplo aqui indicado. Para o ser, deve perceber salários que lhe permitam subsistir e, ainda mais, horas de descanso e repouso (...)*” (Jaime Osorio, “Superexplotación y clase obrera: el caso de mexicano”, Cuadernos Politicos, n. 6, México, 1975. Grifos de Osorio).

Seria interessante que os partidários da Teoria que se quer marxista da Dependência produzissem uma análise imanente do Livro I de *O Capital* -- desnecessário da obra completa -- demonstrando que para Marx a venda da força de trabalho pelo seu valor de troca real possibilita ao trabalhador uma existência humana, em que tenha tempo para descansar, repousar, de se recuperar enquanto ser humano da jornada sob o látigo do capital. Mais interessante ainda seria a demonstração de como as alienações geradas pelo capital (redução da expectativa de vida, adoecimento precoce, uma vida sem razão, um rebaixamento da humanidade do trabalhador à de uma locomotiva, jornadas de trabalho exaustivas incompatíveis com uma vida saudável etc.) seriam peculiares apenas ao trabalho superexplorado, não ao à totalidade do trabalho explorado -- independente do montante do salário! Pois, precisamente, é esta a tese de Marx. Lembremos que termina *Salário, preço e lucro* com estas palavras: “Em vez do lema *conservador* de: ‘*Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!*’, [o proletariado -SL] deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*’”

O que a categoria da superexploração vela é que valor da força de trabalho, no caso brasileiro e latino-americano, é mais baixo que nos países imperialistas porque o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la é menor que nos países capitalistas centrais. Desde o valor do terreno em que se constroem as moradias, da alimentação e da energia; desde o fato de que há ainda natureza virgem a

ser convertida em meios de produção e de consumo com pouco ou quase nenhum investimento de capital; até o fato de que um parque industrial de menor desenvolvimento tecnológico necessita gastar menos na formação de seus trabalhadores e operários, -- tudo isto contribui para que o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da força de trabalho seja, aqui, menor do que nos países imperialistas. Isto é um dos motivos, por exemplo, da entrada em massa das “multinacionais” em um país como o Brasil na passagem da década de 1960 à 1970 e, ainda hoje, dos investimentos estrangeiros em nossa economia. O que a Teoria da Dependência, mesmo a que se quer marxista, vela, é que o problema decisivo dos trabalhadores no Brasil e no mundo é o mesmo: a exploração da força de trabalho pelo capital. Não apenas sua superexploração nos países ditos dependentes. O “caso” nacional não é distinto do “caso” mundial: somos todos desumanizados, alienados, pelo capital. Não o são apenas os “superexplorados”. Já em um texto da década de 1969, Charles Bettelheim, contra as teses que afirmam serem os trabalhadores no “Terceiro Mundo” mais explorados e que sustentariam os salários mais elevados dos trabalhadores dos países imperialistas, já lembrava que a taxa de exploração não é determinada pelo montante de salário. Da fato, tipicamente, os operários dos países imperialistas são mais explorados do que os das outras nações. Bettelheim terminava argumentando, com precisão, que “A contradição social fundamental é, definitivamente, a que opõe os trabalhadores de todos os países às classes dominantes e exploradoras que os privam do domínio dos seus meios de produção e do produto do seu trabalho”. (Emmanuel, Bettelheim, Amin e Palloix, *Imperialismo e Comércio Internacional (a troca desigual)*. São Paulo: Global Editora, 1981)

Há que se considerar, ainda, um outro aspecto. Como é sabido, a tese da superexploração da força de trabalho afirma que, pela dominação política do imperialismo, por séculos em nosso país se remunera o trabalho abaixo do seu valor. Não poucas vezes afirma-se que a “superexploração do trabalho” é o alicerce sobre o qual se elevou toda a “economia dependente” e toda estrutura política de dominação do imperialismo sobre a nação.

Pensemos: se, por séculos, a remuneração da força de trabalho não cobre o indispensável para a sua reprodução, a diminuição da população trabalhadora é uma consequência imediata e direta. Em momentos, pensemos na crise da Irlanda no século XIX, este fenômeno (a força de trabalho ser comprada abaixo do seu valor)

pode ter lugar, mas sempre com uma mortandade de trabalhadores. Contudo, não sendo pontual, enquanto estrutura fundamental de toda uma economia sob o capital por séculos e séculos, levaria a um extermínio da classe trabalhadora, seja ela escrava ou assalariada. Nada similar, nenhuma tendência geral à redução da população trabalhadora se verifica em nossa história.

Consideremos um terceiro aspecto: se o valor das mercadorias é o tempo de trabalho socialmente necessário nelas plasmado, caso a força de trabalho seja por séculos e sistematicamente comprada abaixo do seu valor, a teoria do valor trabalho de Marx teria se comprovado um equívoco brutal. Pois a força de trabalho é o elemento central do “tempo de *trabalho* socialmente necessário” (grifo nosso - SL). Como esta compra abaixo do valor é imposta pela dominação política, isto significa que o regime de preços de toda a economia, por séculos seguidos, teria sido determinado pela atuação do Estado.

Tal fenômeno jamais ocorreu na nossa história! Nem no ciclo da cana de açúcar, nem no ciclo do café, nem durante a industrialização pela substituição das importações, deixou de ser o mercado a determinar o valor e os preços das mercadorias todas, desde a força de trabalho até tudo o que for por ela produzido. Não ocorreu por uma questão simples: é o capital que domina a política, não o inverso. O mercado é que estabelece o valor das mercadorias, não o Estado ou a política. Isto é verdade tanto em se tratando do Período Colonial quanto nos dias de hoje: o capital é incontrolável. Pode ser destruído pela revolução proletária, controlado por um Estado -- jamais! Depois da obra-prima de Mészáros, *Para além do capital*, leia-se de Cristina Paniago *A incontrolabilidade do capital* (Instituto Lukács) para se ter uma dimensão da extensão deste equívoco.

A tese da superexploração do trabalho pode ser tudo, menos marxista: ela afirma que o valor trabalho não imperou no capitalismo dos “países dependentes”! Justamente o oposto do apontam em seus textos Marx e Engels -- para não repetir a nossa lista dos clássicos como Lenin, Rosa e assim por diante. Marx, admitamos em função da argumentação, pode até estar errado e a Teoria da Dependência estar correta sobre a superexploração: mas certamente a superexploração não é uma categoria de Marx.

Em suma, a venda da força de trabalho pelo seu valor seria aceitável, já que possibilitaria, na visão deles, a recuperação do desgaste do trabalhador, seu descanso e seu ócio; inaceitável, seria apenas a superexploração! A razão deste brutal equívoco, tanto teórico quanto de interpretação do texto de Marx, tem sua razão de ser: -- esta tese torna o assalariamento combatível com o socialismo de mercado, sob o controle do Estado de corte stalinista. Neste mercado socialista estaria garantido que o trabalhador venderia sua força de trabalho pelo seu real valor de troca... Que é, precisamente, o que a Teoria dita marxista da Dependência compreende por socialismo...

A superexploração do trabalho não passa de um equívoco. Não deixa de ser curioso como entre os mais jovens esta tese termina mesmo tendo um acento moral: o trabalho é explorado nos países imperialistas e seria superexplorado no Brasil! Não é incomum encontrar entre nossos jovens intelectuais a desconsideração de que os trabalhadores que recebem maiores salários, em menores jornadas de trabalho, por vezes são aqueles mais explorados, justamente porque geram maior taxa de mais-valia. Que um aumento da massa salarial possa vir acompanhada por uma concentração da renda e da riqueza, quase sempre pela mediação da mais-valia relativa, não faz parte do universo teórico de muitos dos partidários da tese da superexploração da força de trabalho.

Conclusão

Vivemos momentos interessantes na vida nacional. Uma crise internacional que leva a humanidade à fronteira de sua extinção no planeta se articula à uma crise nacional em que sequer a classe dominante consegue criar personificações dignas do nome. Entre um Lula e um Bolsonaro, um Alexandre Garcia e um Alexandre de Moraes, o que resta de intelectuais e dirigentes das classes dominantes? Um Estado desprestigiado ante a população, uma democracia eleitoreira que engana cada vez menos os trabalhadores, partidos e sindicatos ditos dos trabalhadores que apenas são (como se diz hoje em dia) “puxadinhos” do Estado -- esta crise ideológica da burguesia se articula a uma crise econômico-social sem fim. Com um importante “detalhe”: o capital conta com o apoio ativo e consciente de parte da classe operária, de sua aristocracia e da burocracia que esta dá origem. Não à toa, nestes dias em que

escrevemos, o presidente da CUT se converteu em Ministro do Trabalho do terceiro governo Lula.

Neste momento em que a caminhada ainda mais à direita do PT deixou desconfortável as vertentes reformistas/nacionalistas, busca-se uma outra teoria para substituir as teses, sempre falsas mas agora também politicamente derrotadas, do Projeto Democrático-popular. Uma teoria que seja nacionalista, que postule um socialismo com base no Estado e na economia estatizada de mercado -- uma teoria que não implique a destruição total do sistema do capital, mas sua reforma. Que não implique na superação das nações, mas apenas nas suas “independências”. Isto é o que representa este *revival* da assim dita marxista Teoria da Dependência.